

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.760.425 - RS (2018/0207894-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE** : RAQUEL MALDONADO LIMA  
**ADVOGADOS** : LUCIANA INES RAMBO - RS052887  
HEVERTON RENATO MONTEIRO PADILHA E OUTRO(S) -  
RS074807  
**RECORRIDO** : UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. DESVIO DE FUNÇÃO. ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. OFENSA CARACTERIZADA. QUESTÃO NÃO EXAMINADA E IMPRESCINDÍVEL À SOLUÇÃO DA CONTROVÉRSIA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região, assim ementado (fl. 849):

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. DESVIO DE FUNÇÃO CONFIGURADO. TÉCNICO DE ENFERMAGEM. ENFERMEIRO. DIFERENÇAS SALARIAIS.

- O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento no sentido de que, reconhecido o desvio de função, o servidor faz jus às diferenças salariais dele decorrentes.

- Nos casos de desvio de função, conquanto não tenha o servidor direito à promoção para outra classe da carreira, mas apenas às diferenças de vencimentos decorrentes do exercício desviado, tem ele direito aos valores correspondentes aos padrões que, por força de progressão funcional, gradativamente se enquadraria caso efetivamente fosse servidor daquela classe, e não ao padrão inicial, sob pena de ofensa ao princípio constitucional da isonomia e de enriquecimento sem causa do Estado.

Embargos de declaração parcialmente providos, para fins de prequestionamento.

A recorrente alega violação dos arts. 489, § 1º, IV, e 1022, II, do CPC/2015, ao argumento de que a Corte de origem não se manifestou a respeito das seguintes questões: (a) "ocorrência de desvio funcional no período posterior a dezembro de 2011, desconsiderando a existência do conjunto probatório constante nos autos" (fl. 896); (b) "sucumbência mínima da recorrente, haja vista que o objeto da ação é o reconhecimento do desvio de função, bem como o recebimento das diferenças decorrentes do desvio funcional, o que foi acolhido" (fl. 898).

Sem contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 910-911.

É o relatório. Passo a decidir.

Com efeito, o recorrente pretende a anulação do acórdão proferido pela Corte de origem em sede de embargos de declaração sob o argumento de negativa de prestação jurisdicional, pois remanesce omissa no julgamento da controvérsia.

Extraí-se dos autos que o recorrente argumentou e requereu a manifestação expressa do órgão julgador a respeito da: (a) "ocorrência de desvio funcional no período posterior a dezembro de 2011, desconsiderando a existência do conjunto probatório

constante nos autos" (fl. 896); (b) "sucumbência mínima da recorrente, haja vista que o objeto da ação é o reconhecimento do desvio de função, bem como o recebimento das diferenças decorrentes do desvio funcional, o que foi acolhido" (fl. 898).

Com efeito, evidencia-se que a questão suscitada guarda correlação lógico-jurídica com a pretensão deduzida nos autos e se apresenta imprescindível à satisfação da tutela jurisdicional.

A manifestação sem esclarecimento suficiente a respeito de questão necessária à resolução integral da demanda autoriza o acolhimento de ofensa ao art. 1022, do CPC/2.015, enseja a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração e torna indispensável o rejugamento dos aclaratórios.

A propósito: AgInt no REsp 1.394.325/RJ, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 30/11/2016; AgRg no REsp 1.221.403/RS, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 23/8/2016; AgRg no REsp 1.407.552/SP, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 3/3/2016.

Ante o exposto, **dou provimento ao recurso especial**, tornando nulo o acórdão proferido no julgamento dos embargos de declaração, a fim de que a Corte de origem aprecie as matérias articuladas nos aclaratórios.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES  
Relator